

N.F. Nº - 099883.0715/19-1
NOTIFICADO - AIR PRODUCTS BRASIL LTDA.
NOTIFICANTE - DARIO PIRES DOS SANTOS
ORIGEM - DAT METRO / IFMT METRO / POSTO FISCAL HONORATO VIANA
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 11.02.2025

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0017-05/25NF-VD**

EMENTA: ICMS. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. FALTA DE RECOLHIMENTO. DESTINATÁRIO CONSUMIDOR FINAL, NÃO CONTRIBUINTE DO IMPOSTO. Contribuinte logra êxito em elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal. Documentação anexa à Impugnação comprova recolhimento relativo às operações, que foram objeto do lançamento. Infração insubsistente. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em 09/09/2019, exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$ 15.287,17, mais multa de 60%, no valor de R\$ 9.172,30 totalizando o montante de R\$ 24.459,47 em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 50.01.02: deixou o estabelecimento remetente de mercadoria ou bem e o prestador do serviço destinado a consumidor final, não contribuinte do imposto, de recolher o ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na hipótese do inciso XVI do art. 4º da Lei de nº 7.014/96.

Enquadramento Legal: inciso II do § 4º do art. 2º; inciso XVI do art. 4º e item 2 da alínea “j” do inciso I e o item 2 da alínea “c” do inciso II do art. 13 da Lei de nº 7.014/96 do Estado da Bahia c/c EC de nº 87/2015 e Convênio ICMS de nº 93/15.

Multa tipificada no art. 42, II, “f”, da Lei de nº 7.014/96.

Na peça acusatória o Notificante descreve os fatos que se trata de:

“Em hora e data acima referido constatamos as seguintes irregularidades: Falta de destaque do ICMS, da partilha EC 87/15 dos produtos constantes dos DANFES de nºs. 825.425, 825.426, 825.431, 825.432, 825.433 e 825.434.”

Anexo aos autos, dentre outros, encontram-se **cópias dos seguintes documentos:** a Notificação Fiscal de nº 099883.0715/19-1, devidamente assinada pelo Agente de Tributos (fl. 01); o Demonstrativo de Débito (fl. 02); a memória de cálculo efetuada pelo Notificante (fl. 05); os DANFES das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-es) de nºs. 825.425, 825.426, 825.431, 825.432, 825.433 e 825.434, procedente do Estado de São Paulo (fls. 08 a 13), emitidas ambas na data de 04/09/2019 pela Notificada correspondente às mercadorias de NCM de nº 2804.2990 (Gás Hélio) objeto da notificação.

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de Representante, manifestando impugnação apensada aos autos (fls. 18 e 19), protocolizada na IFMT METRO/COORD. ATEND. na data de 21/10/2019 (fl. 17).

Em seu arrazoado a Notificada iniciou sua peça defensiva reproduzindo o conteúdo da Notificação Fiscal, e no tópico “**Do Mérito**” consignou, que a infração não deve ser mantida, visto que possui inscrição de substituto tributário no Estado da Bahia (Inscrição Estadual de nº 134.362.542), com direito de recolhimento do tributo na forma mensal, por apuração, com vencimento no dia 15 do mês subsequente, conforme art. 332 do RICMS/BA/12.

Asseverou que efetuou a apuração mensal das Notas Fiscais de nºs. 825.425, 825.426, 825.431, 825.432, 825.433 e 825.434 em setembro/2019, e para comprovar suas alegações, anexou a relação das notas

que compõem o pagamento relativo a outubro, GNRE respectiva e comprovante de pagamento. Além de cópias dos DANFES e comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado da Bahia.

Finalizou a peça defensiva requerendo a procedência da defesa, com a anulação do lançamento.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em exame, **no Modelo Trânsito de Mercadorias**, lavrada em 09/09/2019, exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$ 15.287,17**, mais multa de 60%, no valor de **R\$ 9.172,30** totalizando o montante de **R\$ 24.459,47**, em decorrência do cometimento da Infração **(50.01.02)** de deixar o estabelecimento remetente de mercadoria ou bem e o prestador do serviço destinado a consumidor final, não contribuinte do imposto, de recolher o ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, na hipótese do inciso XVI do art. 4º da Lei de nº 7.014/96.

O enquadramento legal seguiu a Infração tipificada referenciando ao inciso II do § 4º do art. 2º; inciso XVI do art. 4º e item 2 da alínea “j” do inciso I e o item 2 da alínea “c” do inciso II do art. 13 da Lei de nº 7.014/96 do Estado da Bahia c/c EC de nº 87/2015 e Convênio ICMS de nº 93/15, e Multa tipificada no art. 42, II, “f”, da Lei de nº 7.014/96.

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi verificada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade.

Em apertada síntese, no mérito, a Notificada consignou que a infração não deve ser mantida, visto que possui inscrição de substituto tributário no Estado da Bahia (Inscrição Estadual de nº 134.362.542), com direito de recolhimento do tributo na forma mensal, por apuração, com vencimento no dia 15 do mês subsequente, conforme art. 332 do RICMS/BA/12, apresentando relação das notas fiscais de setembro/2019, que compõem o pagamento relativo a outubro (fls. 25 a 27).

Tem-se que a presente Notificação Fiscal resultou de uma ação de fiscalização realizada por Autoridade Fiscal do **Posto Fiscal Honorato Viana** (fl. 01), relacionado aos DANFES das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) de nºs. de nºs. **825.425, 825.426, 825.431, 825.432, 825.433 e 825.434**, procedente do **Estado de São Paulo** (fls. 08 a 13), emitidas ambas na data de 04/09/2019 pela **Notificada** correspondente às mercadorias de NCM de nº **2804.2990 (Gás Hélio)** sendo exigida a diferença de alíquotas internas e interestaduais pelo motivo da Notificada não ter efetuado o recolhimento do imposto ICMS na venda a não contribuinte do ICMS localizado neste Estado.

Nesta seara, compulsando os documentos constantes da defesa, em particular a cópia da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE (fl. 35), período de referência 09/2019, no valor de R\$ 19.563,19, bem como comprovante de pagamento, efetivado em 15/10/2019, concernente a esta guia (fl. 26) e a relação elaborada pela Notificada, que discrimina o pagamento de DIFAL destinado ao Estado da Bahia, relativo ao mesmo período (fl. 37) se averigua o recolhimento em acordo com a inscrição de substituto tributário, forma de apuração Substituição Diferença de Alíquotas, constante nos Dados Cadastrais da Notificada inseres na consulta realizada no Sistema de Informação do Contribuinte – INC, da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Dados Cadastrais

Unidade de Atendimento - SAT/DPF/GERSU		Unidade de Fiscalização - IFEP COMERCIO	
Inscrição Estadual	134.362.542	CNPJ/CPF	43.843.358/0003-50
Razão Social AIR PRODUCTS BRASIL LTDA.			
Nome Fantasia			
Condição	SUBSTITUTO/RESPONSÁVEL ICMS DESTINO		Data de Inclusão: 01/08/2016
Situação ATIVO			
Endereço	RUA JOAO CARDOSO DOS SANTOS		Número 741
Complemento		Bairro V.INDUSTRIAL	
Município MOJI DAS CRUZES		CEP 8770030	UF SP
Tel.: (11) 3856-1600	Fax 38561600	Tel 2.: (11) 3856-1700	E-mail IMPNFE@AIRPRODUCTS.COM
Referência .		Localização ZONA URBANA	
Porte Econômico Pequenas Empresas Conta Corrente			
Forma deApuração do Imposto SUBSTITUIÇÃO/DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS			Inscrição Única Não
Natureza Jurídica SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA		ECF Não	

Nestas circunstâncias, constato que o imposto exigido no presente lançamento foi recolhido nos termos do inciso XVII do art. 332 do RICMS/2012, a seguir descrito, que trata dos prazos de pagamento do ICMS, no montante constante da GNRE de nº 1906861208.

“Art. 332. O recolhimento do ICMS será feito:

(...)

XVII - antes da saída da mercadoria ou do início da prestação do serviço destinada a não contribuinte do ICMS localizado no Estado da Bahia, efetuada por contribuinte localizado em outra unidade da federação, relativamente ao imposto devido a este estado, ou, se inscrito no cadastro de contribuintes do Estado da Bahia, até o dia 15 do mês subsequente ao da operação ou prestação. (Grifos nossos)

Dados do DAE emitido										
Seq dae emitido	1906861208									
Receita	2151 - ICMS Consumid Final Não Contrib Outra UF-Apuração									
Emissão documento	2 - Internet									
Documento Sefaz	6 - Guia nacional de recolhimentos estaduais									
Município/UF	30607 - MOJI DAS CRUZES - SP									
Projeto	GNRE - Arrecadação da Guia Nacional Recolhimento Estadual									
Tipo referência	1 - Mês / Ano de Referência				Referência	92019				
Tipo documento origem					Documento Origem					
Inscrição estadual	134362542				Cnpj					
Código poder		Código secretaria		Código unidade contábil						
Código poder destino		Código secretaria destino		Código unidade contábil destino						
Código unidade orçamentária origem		Código unidade gestora origem		Código unidade orçamentária destino			Código unidade gestora destino			
Placa IPVA		Cota IPVA		Nota Fiscal						
Data de vencimento	15/10/2019		Data de pagamento	15/10/2019		Data atualização	08/10/2019 13:02:00			
Valor principal	19.563,19		Correção			Valor multa				
Acréscimo			Valor total	19.563,19						
Receita acumulada			Compras Acumuladas							
Imposto devido			Dedução do imposto							
Código barras	858800001950631902941923880100000010906861208001									
Inf. Complementares	O pagamento poderá ser efetuado em qualquer banco da rede arrecadadora. Após a data de validade deverá ser emitida outra guia. Emitido via: Internet.									

Isto posto, entendo que o recolhimento do ICMS foi efetuado no prazo regulamentar para pagamento da obrigação tributária, e, portanto, julgo **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº 099883.0715/19-1, lavrada contra AIR PRODUCTS BRASIL LTDA.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 29 de janeiro de 2025.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - JULGADOR